

Ata 1ª Reunião Sub-Grupo 4 – Elevadores

Data: 26 de setembro de 2012

Local: Sala de reuniões do NPC - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC

Estiveram reunidos na sala de reuniões do NPC no segundo andar do bloco A da Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, às 9 horas do dia 26 de setembro do corrente ano, os coordenadores do Subgrupo 4, Michele Fossati e Veridiana Atanásio Scalco, juntamente com os seguintes participantes: Gustavo Palladini (LabEEE/UFSC); Valdemar Braidó (Atlas Schindler), Andrea Faber (Atlas Schindler), João Ribeiro Martins (ThyssenKrupp Elevadores) e Paulo Postal (ThyssenKrupp Elevadores). Dentro do previsto, deu-se início à reunião às 9:00h.

Durante a apresentação das necessidades do Programa PBE Edifica relativo ao setor de Elevadores foram apresentados os seguintes questionamentos, sugestões e encaminhamentos:

- 1- Michele explicou o objetivo da reunião e iniciou a apresentação dos slides da reunião, já enviados previamente aos participantes.
- 2- Durante a apresentação, o Sr. Valdemar comentou sobre algumas dúvidas que surgiram referentes ao RAC único; perguntou sobre a diferença entre a etiqueta do Inmetro e o Selo Procel e a diferença entre as certificações LEED, Aqua e a etiqueta do PBE Edifica. Todas as questões foram respondidas por Michele e Veridiana.
- 3- Uma explanação sobre as etiquetas de edificações residenciais foi feita, observando que os elevadores são considerados nas etiquetas das Áreas de uso comum e identificando o peso que eles têm dentro os sistemas avaliados.
- 4- Uma explanação sobre a etiqueta de edificações comerciais, de serviços e públicas foi feita, observando que nesta tipologia os elevadores são considerados nas bonificações. Os representantes das duas empresas solicitaram mais esclarecimentos sobre as demais bonificações concedidas. O Sr. João sugeriu que deveria ser considerada a bonificação também para elevadores que atingirem nível B e C e não somente para elevadores nível A. O Sr. Valdemar concordou com a sugestão. Também foi observado pelos representantes das duas empresas que os elevadores podem ser deixados de lado, utilizando-se elevadores ineficientes, se o investidor fizer a conta de que para obter a bonificação de 0,5 pontos o custo pode ser bastante elevado enquanto que para outras bonificações (como o uso racional de água, por exemplo) pode-se obter 1 ponto com investimento muito menor.
- 5- Os representantes das duas empresas concordaram que a norma VDI 4707 é a melhor referência que existe atualmente para verificação da eficiência energética de elevadores e que deve continuar sendo utilizada como referência nos Regulamentos.
- 6- O Sr. Valdemar comentou que alguns tipos de elevadores, como elevadores de emergência, elevadores que transportam maca, panorâmicos e outros normalmente não se enquadram nas categorias de uso definidas pela VDI. Foi sugerido que os mesmos sejam analisados caso a caso e classificados quanto à categoria de uso de acordo com avaliação da utilização do elevador no edifício. O Sr. João e Sr. Paulo concordaram.

- 7- Discutiu-se sobre a criação de um programa brasileiro de etiquetagem (PBE) próprio para elevadores. Os representantes das empresas explicaram que os equipamentos são muito customizáveis, variando de edificação pra edificação, o que dificulta a avaliação individual. Michele ficou de consultar o Inmetro sobre como seria este programa e a possibilidade de etiquetar algumas linhas ou tipos de elevadores mais vendidos.
- 8- Para atender ao RAC, atualmente são solicitadas informações de cada elevador da edificação sob avaliação. As duas empresas concordaram que esta exigência é difícil de ser atendida, tornando o levantamento de informações demorado e custoso. Ressaltaram que quando a demanda pela etiquetagem aumentar ficará inviável obter todas as informações solicitadas individualmente. O Sr. Valdemar sugeriu a criação de uma tabela com as informações exigidas pelo RAC para os elevadores mais vendidos, por categoria de uso. Esta tabela seria criada de comum acordo entre os fabricantes de elevadores e abrangeria não todas mas uma gama significativa dos elevadores, reduzindo a demora tanto do fabricante em levantar as informações como do OIA que não interromperia o processo de inspeção à espera de tais informações. Os representantes da ThyssenKrup concordaram com a criação da tabela e ficou definido que seu desenvolvimento iniciaria durante o mês de outubro para apresentação e discussões na próxima reunião (dia 31/10).
- 9- Foi questionada a forma de inspeção in loco dos elevadores. Atualmente só é confrontado o que foi especificado no projeto com o elevador instalado na edificação, sem a realização de medições. Todos concordaram que os laudos exigidos pelo RAC podem conter informações não verdadeiras mas que as medições podem onerar bastante o processo e devem ser feitas por profissional capacitado. Não houve um consenso sobre como resolver a questão. Foi comentada uma proposta, a ser analisada pelo Inmetro, para que os laudos dos elevadores sejam certificados por algum órgão reconhecido e independente, de forma a dar credibilidade ao documento e facilitar a documentação para o OIA.
- 10- O Sr. Paulo comentou sobre a exigência do documento fiscal de compra dos elevadores pelo RAC. Este documento não traz nenhuma informação técnica do produto, não servindo para o propósito da inspeção. Foi discutido que ao invés do documento fiscal fosse exigido o contrato, ou parte do contrato entre cliente e fornecedor onde constam as características técnicas dos elevadores.
- 11- Discutiu-se sobre a questão dos elevadores antigos, já instalados em edificações existentes, ou edificações que passam por modernizações, sejam totais ou parciais. Nestes casos pode não haver a documentação exigida pelo RAC e o levantamento dos dados necessários seria apenas por medição. Questionou-se quem faria esta medição (empresa dos elevadores ou órgão acreditado) e que não é tão fácil conseguir mão de obra e instrumentação para tais medições. Não se chegou a outra possibilidade além da medição, o que implicaria em custos para os condomínios e demanda grande de tempo.
- 12- Sobre a representação do setor dos elevadores junto à CT do Inmetro, foi discutida a necessidade de um representante visto que não há uma associação. Cogitou-se a possibilidade de ser um membro da ABNT, desde que seja uma pessoa neutra, sem vínculo com nenhuma empresa fabricante de elevadores. Também cogitou-se a possibilidade de ser alguém da UFSC, o que foi descartado. Outra opção seria a inclusão das próprias empresas na Portaria que formaliza a Comissão Técnica de Edificações (o que poderia trazer o questionamento de outros fabricantes dizendo que as três grandes se uniram por interesses próprios) ou ainda as contribuições ocorrerem de maneira informal, ou seja, o nome de nenhuma empresa apareceria na Portaria. Michele ficou de consultar o Inmetro

sobre as implicações de cada uma das situações e verificar junto à ABNT a disponibilidade de um representante. Michele enviará as Portarias referentes às Comissões Técnicas publicadas pelo Inmetro para as empresas terem conhecimento de seu conteúdo.

- 13- Foi discutida a possibilidade de realização da próxima reunião por videoconferência, o que foi aceito por todos. A data inicialmente ficou para dia 31/10, com horário a ser confirmado. Será marcada uma data para teste do sistema de videoconferência.
- 14- Ao final da apresentação dos slides foram apresentadas as três contribuições enviadas pela empresa Atlas Schindler. O Sr. Valdemar as leu e justificou. O Sr. Paulo e Sr. João concordaram com as alterações propostas.

A reunião foi encerrada às 13:00h.